

# **Rumo Malha Oeste S.A.**

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Rumo Malha Oeste S.A.**  
São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis com vida útil definida, ativos de direito de uso e os ativos imobilizados**

Conforme divulgado nas notas explicativa 4.3 às demonstrações financeiras, anualmente, a Companhia avalia a existência de indicadores de impairment e quando aplicável, realiza estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa para fins de teste de impairment. Os testes são realizados tendo por base estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa, preparadas pela diretoria, com base em seu julgamento e amparadas pelo plano de negócios, aprovados pelos órgãos de governança corporativa.

Dado ao julgamento envolvido na avaliação de impairment, e considerando que a aplicação incorreta pode impactar de forma relevante o valor contábil destes ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) o entendimento geral do ambiente de controles internos relacionados a preparação e revisão dos indicadores e as estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa; (ii) a análise do memorando preparado pela Companhia sobre a redução do valor recuperável dos ativos da Companhia; (iii) análise das informações que pudessem contradizer os indicativos anteriores que levaram a redução do valor recuperável dos ativos da Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo informações de indicativos de obsolescência ou danos físicos em ativos, mudanças no ambiente de tecnologia e controles, mudanças na estratégia da Companhia para a concessão, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia e comparando com informações externas divulgadas ao mercado, bem como com as próprias estratégias aprovadas pela diretoria na elaboração de seu plano de negócios; e (v) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas desse valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*



As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'LHR'.

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva  
Contador CRC-1PR-057007/O-7

## RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Relacionamento com os auditores externos**

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos não ocorreram outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, EY Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, além dos respectivos honorários de auditoria para o exame das demonstrações financeiras das Companhia.

**Segmentos operacionais**

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

<b>Resultado</b> (Valores em R\$ MM)	<b>4T20</b>	<b>4T19</b>	<b>Var. %</b>	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>28,2</b>	<b>21,6</b>	<b>30,6%</b>	<b>110,9</b>	<b>82,7</b>	<b>34,1%</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(22,3)</b>	<b>(20,3)</b>	<b>9,9%</b>	<b>(102,4)</b>	<b>(88,6)</b>	<b>15,6%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>5,9</b>	<b>1,3</b>	<b>353,8%</b>	<b>8,5</b>	<b>(5,9)</b>	<b>-244,1%</b>
Margem Bruta (%)	21%	6%	14,9 p.p.	8%	-7%	14,8 p.p.
<b>Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas</b>	<b>(2,2)</b>	<b>(2,0)</b>	<b>10,0%</b>	<b>(7,5)</b>	<b>(6,9)</b>	<b>8,7%</b>
<b>Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas</b>	<b>(6,9)</b>	<b>(21,7)</b>	<b>-68,2%</b>	<b>(46,1)</b>	<b>(160,2)</b>	<b>-71,2%</b>
<b>Depreciação e perda por valor recuperável</b>	<b>-</b>	<b>16,1</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-</b>	<b>171,9</b>	<b>-100,0%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>- 3,2</b>	<b>- 6,3</b>	<b>-49,2%</b>	<b>- 45,1</b>	<b>- 1,1</b>	<b>n.a.</b>
Margem EBITDA (%)	-11,3%	-29,2%	17,8 p.p.	-40,7%	-1,3%	-39,3 p.p.
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(38,2)</b>	<b>(16,8)</b>	<b>n.a.</b>	<b>(176,7)</b>	<b>(76,7)</b>	<b>130,4%</b>
<b>Prejuízo Líquido</b>	<b>(41,4)</b>	<b>(39,2)</b>	<b>5,6%</b>	<b>(221,8)</b>	<b>(249,7)</b>	<b>-11,2%</b>

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 28,2 milhões, crescimento de 30,6% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2020. O EBITDA foi negativo de R\$ 3,2 milhões, comparado a um EBITDA negativo de R\$ 6,3 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 110,9 milhões, um acréscimo de 34,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O EBITDA de 2021 foi de R\$ 45,1 milhões negativo. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 221,8 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, comparado a um prejuízo de R\$ 249,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## Rumo Malha Oeste S.A.

Balanços patrimoniais  
(Em milhares de Reais - R\$)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	471	11.927
Títulos e valores mobiliários	5.3	8.122	306
Contas a receber de clientes	5.4	25.221	17.116
Estoques		3.507	5.717
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		850	204
Outros tributos a recuperar	5.8	11.240	6.119
Adiantamento a fornecedores		175	29
Debêntures privadas	5.5	-	50.504
Outros ativos		2.050	2.579
<b>Ativo circulante</b>		<b>51.636</b>	<b>94.501</b>
Caixa restrito	5.3	-	660
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		20.100	20.986
Outros tributos a recuperar	5.8	13.328	13.120
Depósitos judiciais	5.10	45.213	45.215
Adiantamento a fornecedores		376	317
Outros ativos		1.557	1.593
Ativo não circulante		80.574	81.891
<b>Total do ativo</b>		<b>132.210</b>	<b>176.392</b>
<b>As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.</b>			

## Rumo Malha Oeste S.A.

Balancos patrimoniais  
(Em milhares de Reais - R\$)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	5.7	20.434	20.244
Ordenados e salários a pagar		6.481	4.863
Outros tributos a pagar		643	784
Adiantamento de clientes		551	551
Outros passivos financeiros	5.1	7.455	9.704
Outras contas a pagar		4.241	4.263
Passivo circulante		<b>39.805</b>	<b>40.409</b>
Provisão para demandas judiciais	5.10	51.803	38.132
Passivo de arrendamento	5.6	216.101	179.568
Arrendamentos e concessões	5.11	1.747.233	1.617.764
Outras contas a pagar		1.327	1.755
Passivo não circulante		2.016.464	1.837.219
<b>Total do passivo</b>		<b>2.056.269</b>	<b>1.877.628</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	5.12		
Capital social		551.915	551.915
<b>Reserva de capital</b>		17.566	17.566
Ajustes de avaliação patrimonial		-100	-207
Prejuízos acumulados		-2.493.440	-2.270.510
Total do patrimônio líquido		<b>-1.924.059</b>	<b>-1.701.236</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>132.210</b>	<b>176.392</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Rumo Malha Oeste S.A.

## Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

*(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)*

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Receita operacional líquida	6.1	110.886	82.717
Custos dos serviços prestados	6.2	-102.429	-88.565
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>8.457</b>	<b>-5.848</b>
Despesas comerciais	6.2	-	-6
Despesas gerais e administrativas	6.2	-7.501	-6.936
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-47.186	-160.187
<b>Despesas operacionais</b>		<b>-54.687</b>	<b>-167.129</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>-46.230</b>	<b>-172.977</b>
Despesas financeiras		-183.308	-83.665
Receitas financeiras		6.608	6.968
<b>Resultado financeiro líquido</b>	6.4	<b>-176.700</b>	<b>-76.697</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>-222.930</b>	<b>-249.674</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	5.9		
Corrente		-	-
<b>Resultado do exercício</b>		<b>-222.930</b>	<b>-249.674</b>
<b>Resultado por ação:</b>	6.5		
Por ação ordinária		-0,46593	(0,52183)
Por ação preferencial		-0,46593	(0,52183)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Rumo Malha Oeste S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>551.915</b>	<b>17.566</b>	<b>-207</b>	<b>-2.270.510</b>	<b>-1.701.236</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-222.930	-222.930
<b>Outros resultados abrangentes:</b>					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	107	-	107
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>107</b>	<b>-222.930</b>	<b>-222.823</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>551.915</b>	<b>17.566</b>	<b>-100</b>	<b>-2.493.440</b>	<b>-1.924.059</b>

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>551.915</b>	<b>17.566</b>	<b>-255</b>	<b>-2.020.836</b>	<b>-1.451.610</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-249.674	-249.674
<b>Outros resultados abrangentes:</b>					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	48	-	48
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>48</b>	<b>-249.674</b>	<b>-249.626</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>551.915</b>	<b>17.566</b>	<b>-207</b>	<b>-2.270.510</b>	<b>-1.701.236</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Rumo Malha Oeste S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-222.930	-249.674
Ajustes para:			
Depreciação e perda por valor recuperável		-	171.936
Provisão para participações nos resultados e bônus		3.701	633
Provisão de demandas judiciais	6.3	11.323	6.152
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-58	28
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-4.034	-773
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		176.753	77.001
Outros		-5.106	-3.173
		<b>-40.351</b>	<b>2.130</b>
Variação em:			
Contas a receber de clientes		-3.937	-5.026
Outros tributos, líquidos		8.911	2.844
Estoques		2.117	-1.752
Ordenados e salários a pagar		-2.185	-2.585
Fornecedores		3.178	486
Adiantamentos a fornecedores		-205	-139
Provisão para demandas judiciais		-6.219	-7.382
Outros passivos financeiros		-3.710	7.179
Outros ativos e passivos, líquidos		-13.672	-15.467
		<b>-15.722</b>	<b>-21.842</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais</b>		<b>-56.073</b>	<b>-19.712</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários		-7.619	3.332
Caixa restrito		660	361
Adições ao imobilizado e intangível		-	-56.127
Debêntures privadas		51.576	102.530
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>		<b>44.617</b>	<b>50.096</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos		-	-28.030
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		-	-763

Amortização de principal de passivo de arrendamento	-	-26.886
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-55.679</b>
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	<b>-11.456</b>	<b>-25.295</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.927	37.222
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	471	11.927

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em  
(Em milhares de Reais - R\$)

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	122.690	93.343
Outras receitas operacionais, líquidas	12	7.148
Ganhos (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	58	-28
	<b>122.760</b>	<b>100.463</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	-79.580	-38.379
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-52.855	-12.073
Perda por valor recuperável de ativos	-	-158.426
	<b>-132.435</b>	<b>-208.878</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>-9.675</b>	<b>-108.415</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	-	-13.510
	<b>-</b>	<b>-13.510</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>-9.675</b>	<b>-121.925</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	6.608	6.968
	<b>6.608</b>	<b>6.968</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>-3.067</b>	<b>-114.957</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>34.516</b>	<b>29.314</b>
Remuneração direta	24.858	21.048
Benefícios	8.544	7.178
FGTS	1.114	1.088
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>-3.560</b>	<b>15.107</b>
Federais	1.514	9.631
Estaduais	-6.837	4.087
Municipais	1.763	1.389

<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>188.907</b>	<b>90.296</b>
Juros	183.307	83.665
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	5.600	6.631
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>-222.930</b>	<b>-249.674</b>
Resultado do exercício	-222.930	-249.674
	<b>-3.067</b>	<b>-114.957</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

## **1 Informações da companhia**

### **1.1 Contexto operacional**

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 20 de outubro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026.

#### **a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia**

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

### **1.2 Informações sobre grupo**

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100,00% do seu capital. Após a reorganização societária ocorrida em 1 de março de 2021 a controladora final da Companhia passou a ser a Cosan S.A., listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN3).

### **1.3 Considerações sobre a continuidade operacional**

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$ 12.958, passivo descoberto de R\$ 1.922.924 e prejuízo do exercício de R\$ 221.803

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

Em 19 de maio de 2021, a Companhia, em conjunto com sua controladora Rumo S.A., assinou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Oeste S.A., esse termo tem como objetivo estabelecer as obrigações relativas à relicitação, nos termos da qualificação do empreendimento aprovada pelo Decreto nº 10.633, de 18 de fevereiro de 2021. Após realização de análises técnicas, a ANTT estabeleceu as condições de prestação dos serviços pela concessionária durante a vigência do termo aditivo, observando a garantia da continuidade e a segurança do serviço de transporte ferroviário, até que seja realizada nova licitação. O prazo de vigência deste termo aditivo será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação do Decreto nº 10.633, de 18 de fevereiro de 2021, suscetível à prorrogação.

A Companhia no dia 20 de maio de 2021 celebrou com a União o “2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Oeste S.A. – RMO, de 01 de julho de 1996”. Esse documento tem por objetivo estabelecer as obrigações entre as partes por ocasião da qualificação da Malha Oeste no processo de relicitação. Durante o processo de relicitação, a companhia continuará a prestar serviços de transportes de cargas, conforme as condições previstas anteriormente.

## **2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais**

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

## **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 16 de março de 2022.

## **2.2 Políticas contábeis gerais**

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

### **a) Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

### **Julgamentos:**

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivo de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação

### **Incertezas sobre premissas e estimativas:**

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Nota 5.9 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- **Nota 5.10 – Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

**b) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

**2.3 Mensuração do valor justo**

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020
	31/12/2021	31/12/2020	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos</b>				
Títulos e valores mobiliários	8.122	306	8.122	306
<b>Total</b>	<b>8.122</b>	<b>306</b>	<b>8.122</b>	<b>306</b>

#### **2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis**

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações**

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 38 e CPC 48 (IFRS 9) – decorrentes da reforma da taxa de juros de referência europeia;
- Alteração no CPC 16(IFRS 3) - a respeito das alterações na estrutura conceitual;
- Alterações no CPC 27(IAS 16) - quanto as receitas antes do uso;
- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de seguros;
- Alterações no CPC 26 (IAS 1) - quanto a classificação de passivos (circulante e não circulante);
- Alteração no CPC 23 (IAS 8) - quanto a mudanças de estimativas contábeis; e
- Alterações no CPC 32(IAS 12) - quanto a tributos diferidos.

**3 Negócios, operações e administração da Companhia**

**3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros**

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

<b>Risco</b>	<b>Exposição decorrente de:</b>	<b>Mensuração</b>	<b>Gestão</b>
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, arrendamento e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, arrendamentos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

**a) Risco de mercado**

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

**i. Risco da taxa de juros**

A Companhia possui instrumentos financeiro sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

	<b>31/12/2021</b>				
	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
<b>Exposição taxa de juros</b>					
Aplicações financeiras	47	59	71	36	24
Títulos e valores mobiliários	905	1.132	1.358	679	453
Passivo de arrendamento	(23.613)	(23.613)	(23.613)	(23.613)	(23.613)
Outros passivos financeiros	(931)	(1.138)	(1.346)	(723)	(515)
<b>Impactos no resultado do exercício</b>	<b><u>(23.592)</u></b>	<b><u>(23.560)</u></b>	<b><u>(23.530)</u></b>	<b><u>(23.621)</u></b>	<b><u>(23.651)</u></b>

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%

**b) Risco de crédito**

- c) As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa <sup>(i)</sup>	471	11.927
Títulos e valores mobiliários <sup>(i)</sup>	8.122	306
Caixa restrito <sup>(i)</sup>	-	660
Contas a receber de clientes <sup>(ii)</sup>	25.221	17.116
Debêntures privadas	-	50.504
	<b><u>33.814</u></b>	<b><u>80.513</u></b>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes a partir da qualidade do crédito do cliente, que é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>
AA	56
AAA	8.537
<b>Total</b>	<b><u>8.593</u></b>

**d) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021			31/12/2020	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores	(20.434)	-	-	(20.434)	(20.244)
Outros passivos financeiros	(7.455)	-	-	(7.455)	(9.704)
Passivo de arrendamento	(64.862)	(64.862)	(145.941)	(275.665)	(288.305)
	<b>(92.751)</b>	<b>(64.862)</b>	<b>(145.941)</b>	<b>(303.554)</b>	<b>(318.253)</b>

### 3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

## 4 Transações e eventos significativos

### 4.1 Partes relacionadas

**Política contábil:**

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidas em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**a) Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Ativos</b>		
<b>Contas a receber de clientes</b>		
Rumo Malha Norte S.A.	788	9
Rumo Malha Paulista S.A.	1.160	324
Rumo Malha Sul S.A.	8.018	3.263
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	1.126	-
Rumo S.A.	141	857
Outros	177	7
	<b>11.410</b>	<b>4.460</b>
<b>Adiantamento a fornecedores</b>		
Outros	146	-
	<b>146</b>	<b>-</b>
<b>Debêntures privadas</b>		
Rumo Malha Norte S.A. <sup>(i)</sup>	-	50.504
	-	50.504
<b>Ativo circulante</b>	<b>11.556</b>	<b>54.964</b>
<b>Adiantamento a fornecedores</b>		
Outros	376	317
	<b>376</b>	<b>317</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>376</b>	<b>317</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>11.932</b>	<b>55.281</b>

(i) O saldo foi liquidado dia 01.11.2021 conforme nota 4.3

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	1.631	1.740
Rumo Malha Sul S.A.	1.286	1.596
Rumo Malha Paulista S.A.	1.589	720
Raízen S.A.	2.438	3.246
Outros	928	710
	<b>7.872</b>	<b>8.012</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>7.872</b>	<b>8.012</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>7.872</b>	<b>8.012</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**b) Transações com partes relacionadas**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita operacional líquida <sup>(i)</sup></b>		
Rumo Malha Norte S.A.	14	21
Rumo Malha Paulista S.A.	8.444	5.293
Rumo Malha Sul S.A.	35.352	24.027
	<b>43.810</b>	<b>29.341</b>
<b>Compras de produtos / insumos</b>		
Rumo Malha Norte S.A.	(79)	(46)
Rumo Malha Paulista S.A. <sup>(ii)</sup>	(957)	(2.019)
Raízen S.A. <sup>(iii)</sup>	(37.413)	(18.588)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(4.569)	(2.055)
Rumo Malha Sul S.A. <sup>(iv)</sup>	(24.572)	(20.542)
Outros	-	-
	<b>(67.590)</b>	<b>(43.250)</b>
<b>Receitas (despesa) compartilhadas <sup>(v)</sup></b>		
Raízen S.A.	-	(118)
Rumo Malha Norte S.A.	(2.644)	(1.985)
Rumo Malha Paulista S.A.	184	506
Rumo Malha Sul S.A.	(1.625)	(970)
Portofer Transp. Ferroviário	121	(251)
Rumo S.A.	(807)	(483)
Outros	25	35
	<b>(4.746)</b>	<b>(3.266)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Rumo Malha Norte S.A.	1.072	4.713
	<b>1.072</b>	<b>4.713</b>

- (i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Raízen S.A. e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**c) Remuneração dos administradores e diretores**

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do período, como segue:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Benefícios de curto prazo	31.607	28.172
Transações com pagamentos baseados em ações	23.571	5.660
	<b>55.178</b>	<b>33.832</b>

**4.2 Pandemia de Covid 19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto de Covid-19 como uma pandemia global. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil, incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visaram retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como afirmar que novas medidas restritivas não venham a ser implementadas.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020.

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros.

Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

**4.3 Análise de perda ao valor recuperável**

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicadores de impairment representada por sua concessão: i) a Companhia registrou uma redução significativa no volume transportado devido a problemas operacionais na via ocasionados pelas fortes chuvas do primeiro trimestre, fazendo com que a administração buscasse alternativas para performar determinados volumes contratados, volumes estes, que sustentavam a projeção de fluxo de caixa dessa unidade geradora de caixa até então; ii) a decisão da Administração de protocolar o pedido de relicitação (Nota 1.3) gera incertezas sobre o período em que a Malha será a operadora a longo prazo, uma vez que depende do andamento do processo, todavia, a Companhia está obtendo suporte financeiro de sua controladora para continuar operando até a conclusão do processo ou da própria concessão em 2026.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reavaliou os indicadores de impairment, e verificou que os fatores conjunturais que tornam o fluxo de caixa negativo não se alteraram, em comparação ao ano anterior, de forma a sustentar a provisão integral de impairment para seus ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso de vida útil definida.

### **4.4 Liquidação da debênture privada**

No decorrer de 2021 a Companhia recebeu o saldo restante da debênture privada no montante de R\$ 50.504 (conforme nota 5.5), que ela possuía com a Rumo Malha Norte. A debênture em questão teve sua emissão em 30 de abril de 2012 e tinha como sua remuneração anual de CDI + 1,50% a.a.

### **4.5 Eventos subsequentes**

#### **4.5.1 Aumento de Capital da Rumo S.A.**

Em 13 de janeiro de 2022 foi assinado instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital, no qual, a Rumo S.A. realizou um aporte de R\$ 40.000 mil, pagos no dia 14 de janeiro de 2022.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos**

**5.1 Ativos e passivos financeiros**

**Política contábil**

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Títulos e valores mobiliários	5.3	8.122	306
		<b>8.122</b>	<b>306</b>
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	471	11.927
Contas a receber de clientes	5.4	25.221	17.116
Debêntures privadas	5.5	-	50.504
Caixa restrito	5.3	-	660
		<b>25.692</b>	<b>80.207</b>
<b>Total</b>		<b>33.814</b>	<b>80.513</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Passivo de arrendamento	5.6	216.101	179.568
Fornecedores	5.7	20.434	20.244
Outros passivos financeiros		7.455	9.704
		<b>243.990</b>	<b>209.516</b>
<b>Total</b>		<b>243.990</b>	<b>209.516</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 7.455 (R\$ 9.704 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações gira em torno de 90 dias.

## 5.2 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento	52	39
Aplicações financeiras	419	11.888
	<u>471</u>	<u>11.927</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Aplicações em bancos</b>		
Certificado de depósitos bancários - CDB	419	11.888
	<u>419</u>	<u>11.888</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,6% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2021 (102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

## 5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**Títulos e valores mobiliários**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos públicos <sup>(i)</sup>	8.077	279
Certificados de depósitos bancários	-	25
Letras financeiras	45	2
	<u><b>8.122</b></u>	<u><b>306</b></u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

**Caixa restrito**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores depositados em garantia	-	660
	<u><b>-</b></u>	<u><b>660</b></u>

**5.4 Contas a receber de clientes**

**Política contábil:**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cientes terceiros	14.044	12.726
Cientes partes relacionadas (Nota 4.1)	11.410	4.460
	<u><b>25.454</b></u>	<u><b>17.186</b></u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(233)	(70)
	<u><b>25.221</b></u>	<u><b>17.116</b></u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
A vencer	12.011	5.336
Vencidas		
Até 30 dias	1.385	4.608
De 31 a 60 dias	599	1.717
De 61 a 90 dias	49	1.065
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(233)	(70)
	<b>13.811</b>	<b>12.656</b>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>42</b>
Provisões	134
Reversões e baixa	(106)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>70</b>
Provisões	361
Reversões e baixa	(198)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>233</b>

### 5.5 Debêntures privadas

Em 30 de abril de 2012, a Companhia adquiriu uma série de 10.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$100.000 emitidas pela Rumo Malha Norte S.A. Em 03 de Novembro de 2020, a companhia realizou o quarto instrumento particular de aditamento à escritura particular da sétima emissão de debêntures da Rumo Malha Norte S.A. com o objetivo de liquidar parcialmente as Debêntures da 2ª Série e prorrogar a data de vencimento para mais 12 (doze) meses, como segue:

<b>Série</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Valor</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Remuneração anual</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Debêntures privadas - Rumo Malha Norte (Nota 4.1)	30/04/2012	100.000	02/11/2021	CDI+1,50% a. a	-	50.504

O saldo de atualização financeira totalizou até a data de liquidação em 02 de Novembro de 2021 foi de R\$ 1.072 (R\$ 4.713 em 31 de dezembro de 2020).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.6 Passivos de arrendamento**

**Política contábil:**

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- i. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- ii. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- iii. valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>216.096</b>
Reajuste contratual	14.443
Apropriação de juros	22.536
Pagamento de principal	(26.886)
Transferência entre passivos <sup>(i)</sup>	<u>(46.621)</u>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b><u>179.568</u></b>
Apropriação de juros	95.928
Transferência entre passivos <sup>(i)</sup>	<u>(59.395)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>216.101</u></b>

- (i) Refere-se a transferências entre passivos das parcelas de arrendamento em discussão judicial conforme nota 5.11

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2026 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	1.695	15
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	-	3
	<b><u>1.695</u></b>	<b><u>18</u></b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.7 Fornecedores**

**Política contábil:**

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fornecedores de materiais e serviços	17.996	14.626
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	2.438	5.556
Outros	-	62
<b>Total</b>	<b>20.434</b>	<b>20.244</b>
Fornecedores	12.562	12.232
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	7.872	8.012
	<b>20.434</b>	<b>20.244</b>

**5.8 Outros tributos a recuperar**

**Política Contábil:**

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
COFINS	14.211	10.607
PIS	3.787	3.109
ICMS CIAP <sup>(i)</sup>	6.416	5.289
Outros	154	234
	<b>24.568</b>	<b>19.239</b>
<b>Circulante</b>	11.240	6.119
<b>Não circulante</b>	13.328	13.120
	<b>24.568</b>	<b>19.239</b>

- (i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

## **5.9 Imposto de renda e contribuição social**

### **Política contábil:**

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **i. Imposto corrente**

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### **ii. Imposto diferido**

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

**iii. Exposição fiscal**

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

**iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

**a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(222.930)	(249.674)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	75.796	84.889
<b>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</b>		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(79.029)	(87.321)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(28)	(77)
Outros	3.261	2.509
<b>Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

**b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido**

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Créditos ativos de:</b>		
Prejuízos fiscais	401.350	372.469
Base negativa de contribuição social	144.690	134.293
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisão para demandas judiciais	18.059	13.564
Provisão para perda ao valor recuperável	64.215	84.556
Perdas estimadas em créditos de liquidação	79	24
Provisão para não realização de impostos	2.744	2.409
Provisão para participação nos resultados	937	187
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	66.944	60.480
Passivo de arrendamento	73.803	61.382
Diferenças temporárias sobre outras provisões	12.673	1.195
Outros	401	174
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>785.895</b>	<b>730.733</b>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(785.895)	(730.733)
<b>Total de tributos diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**5.10 Provisão para demandas e depósitos judiciais**

**Política contábil:**

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	<b>Provisão para demandas judiciais</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Tributárias	17.577	18.636
Cíveis, regulatórias e ambientais	17.803	7.413
Trabalhistas	16.423	12.083
	<b>51.803</b>	<b>38.132</b>

	<b>Depósitos judiciais</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Tributárias	200	180
Cíveis, regulatórias e ambientais	24.528	24.473
Trabalhistas	20.485	20.562
	<b>45.213</b>	<b>45.215</b>

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis, regulatórias e ambientais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>18.741</b>	<b>6.542</b>	<b>11.856</b>	<b>37.139</b>
Provisionados no exercício	23	425	5.252	5.700
Baixas por reversão ou pagamento	(161)	(374)	(7.364)	(7.899)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	33	820	2.339	3.192
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18.636</b>	<b>7.413</b>	<b>12.083</b>	<b>38.132</b>
Provisionados no exercício	(352)	2.684	10.563	12.895
Baixas por reversão ou pagamento	(169)	(1.038)	(9.462)	(10.669)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	(538)	8.744	3.239	11.445
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>17.577</b>	<b>17.803</b>	<b>16.423</b>	<b>51.803</b>

iv. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

### Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

• **Tributárias:**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
ICMS - Exportação <sup>(i)</sup>	48.626	46.809
IRPJ/CSLL <sup>(ii)</sup>	24.554	23.874
ICMS Material de uso e consumo <sup>(iii)</sup>	10.636	-
Outros	3.503	1.555
	<b>87.319</b>	<b>72.238</b>

- (i) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iii) Autos de Infração creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Cíveis <sup>(i)</sup>	366.123	299.609
Regulatórias <sup>(ii)</sup>	135.822	100.740
Ambientais <sup>(iii)</sup>	59.580	54.535
	<b>561.525</b>	<b>454.884</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

• **Trabalhistas:**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Reclamações trabalhistas <sup>(i)</sup>	87.612	96.182
	<b>87.612</b>	<b>96.182</b>

A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**5.11 Arrendamentos e concessões em litígio**

**Política contábil:**

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Valores em discussão judicial:</u></b>		
Arrendamento	1.649.062	1.526.046
Concessões	98.171	91.718
	<b>1.747.233</b>	<b>1.617.764</b>

**Valores em discussão judicial**

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita perante o Tribunal Regional da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF (Tribunal Regional Federal).

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Os depósitos judiciais referentes às ações acima mencionadas totalizam:

<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
22.119	22.119
<b>22.119</b>	<b>22.119</b>

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 5.10.

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Companhia, em janeiro de 2020 a Agência deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

## **5.12 Patrimônio Líquido**

### **a) Capital social**

#### **Política contábil:**

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.9 - Imposto de renda e contribuição social.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O capital subscrito e inteiramente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2020 é de R\$551.915 sendo assim constituído:

<b>Acionista</b>	<b>Ações ordinárias</b>		<b>Ações preferenciais</b>	
	<b>Quantidade <sup>(i)</sup></b>	<b>%</b>	<b>Quantidade <sup>(i)</sup></b>	<b>%</b>
Rumo S.A.	459.058	100%	19.402	100%
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>459.058</b>	<b>100%</b>	<b>19.402</b>	<b>100%</b>

(i) Em milhares de ações

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

**b) Reservas de capital**

**Política contábil:**

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

## 6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

### 6.1 Receitas

#### Políticas contábeis

#### i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

#### ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma abertura da receita da Companhia:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Receita bruta na venda de serviços	122.690	93.343
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(11.804)	(10.626)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>110.886</b>	<b>82.717</b>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

**Composição da receita líquida por serviço:**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Transporte de carga e acessórios	88.056	63.377
Outros	22.830	19.340
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>110.886</b>	<b>82.717</b>

**6.2 Custos e despesas por natureza**

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Material de uso e consumo	(7.887)	(5.396)
Despesa com pessoal	(40.375)	(34.002)
Depreciação e amortização <sup>(i)</sup>	-	(11.462)
Despesas com serviços de terceiros	(12.350)	(13.299)
Despesas com transporte e elevação	(43.015)	(21.284)
Outras despesas <sup>(ii)</sup>	(6.301)	(10.064)
	<b>(109.928)</b>	<b>(95.507)</b>
Custo dos serviços prestados	(102.429)	(88.565)
Despesas comerciais	-	(6)
Despesas gerais e administrativas	(7.501)	(6.936)
	<b>(109.928)</b>	<b>(95.507)</b>

(i) No saldo comparativo, a empresa possuía imobilizado que foram baixados no final de 2020.

(ii) No saldo demonstrado, 3,9MM são referentes a despesas com maquinistas.

**6.3 Outras (despesas) receitas, líquidas**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Efeito líquido das demandas judiciais	(11.323)	(6.152)
Manutenção de ativos alocados ao resultado <sup>(i)</sup>	(40.191)	-
Recuperação de sinistros	845	6.889
	-	(160.474)
Perda por redução ao valor recuperável líquido	-	(160.474)
Créditos fiscais extemporâneos	4.034	773
Outros	(551)	(1.223)
	<b>(47.186)</b>	<b>(160.187)</b>

(i) Custo das manutenções de ativos reconhecidas diretamente no resultado do exercício

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

#### **6.4 Resultados financeiros**

**Política contábil:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Custo da dívida bruta</b>		
Juros e variação monetária	-	(1.367)
Amortização do gasto de captação	-	(118)
Fianças e garantias sobre dívidas	-	(368)
	-	<b>(1.853)</b>
<b>Rendimentos de aplicações financeiras</b>	335	792
	<b>335</b>	<b>792</b>
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b>335</b>	<b>(1.061)</b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>		
Juros sobre outros recebíveis	6.278	6.154
Arrendamento e concessão	(70.408)	(43.895)
Passivo de arrendamento	(95.928)	(21.260)
Despesas bancárias e outros	(3.915)	(11.171)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(12.403)	(3.902)
Juros sobre outras obrigações	(659)	(1.562)
	<b>(177.035)</b>	<b>(75.636)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(176.700)</b>	<b>(76.697)</b>
<b>Reconciliação</b>		
Despesas financeiras	(183.308)	(83.665)
Receitas financeiras	6.608	6.968
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(176.700)</b>	<b>(76.697)</b>

## 6.5 Prejuízo por ação

### Política contábil:

#### a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- i. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

**b) Lucro diluído por ação**

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- ii. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e

o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Numerador</b>		
Resultado líquido do exercício	(222.930)	(249.674)
Por ação ordinária	(213.890)	(239.549)
Por ação preferencial	(9.040)	(10.125)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	459.058	459.058
Média ponderada de número de ações	19.402	19.402
<b>Resultado básico e diluído:</b>		
Por ação ordinária	<b>(0,46593)</b>	<b>(0,52183)</b>
Por ação preferencial	<b>(0,46593)</b>	<b>(0,52183)</b>